

04.dezembro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Associações de Pais do Agrupamento de Escolas da Maia**
Alberto Santos, António Cerqueira, Roberto Gaspar, Pedro Lopes, Maria de Fátima Taveira, Cristina Soutinho, Rui Duarte e Júlio Guimarães
- Recebido por:** Deputados Rita Rato (PCP), Emília Santos (PSD), Margarida Almeida (PSD), Maria Conceição Pereira (PSD), Agostinho Santa (PS), Sandra Pontedeira (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paula Baptista (PCP).
- Assunto:** Falta de pessoal não docente no Agrupamento de Escolas da Maia.

Exposição: Os representantes do Agrupamento de Escolas da Maia agradeceram a concessão da audiência e expuseram as principais preocupações que justificaram o pedido de audiência e que, em suma, se apresentam:

- Pretendem que sejam criadas condições que viabilizem um ensino público equitativo, com qualidade e segurança, pelo que propõem uma racionalização de recursos e sua adequada distribuição e a revisão da legislação vigente, nomeadamente da Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro;
- Entendem que a necessidade de alteração da legislação decorre do aumento do número de alunos por turma, resultante do Despacho n.º 5048-B/2013, de 12 de abril, e da reorganização da rede escolar e da agregação de Agrupamentos;
- Consideram que o conceito atual de rácio funcionário (RAF) implica um maior risco de insegurança, dado que à medida que aumenta o número de alunos do Agrupamento, o reforço em termos de assistentes operacionais é inversamente menor (cf. Artigo 5º - 2.3, da Portaria 1049 A/2008, de 16 de setembro);
- Defendem que sejam previstos conteúdos funcionais específicos para os assistentes operacionais, enquanto profissionais da área da Educação;
- Defendem a abertura de cursos de formação contínua para os assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Sublinharam, por último, o desinvestimento que se tem registado na área da Educação, nomeadamente com o recurso à contratação de profissionais não qualificados (Contratos de Emprego e Inserção). A este propósito, indicaram os dados relativos a estas contratações no Agrupamento de Escolas da Maia nos últimos quatro anos:

Ano letivo de 2010/11 - 54
Ano letivo de 2011/12 - 46
Ano letivo de 2012/13 - 23
Ano letivo de 2013/14 - 12

Fizeram ainda referência ao lançamento de uma petição pública sobre a alteração dos rácios de auxiliares de ação educativa nas escolas, em que se defende a revisão da legislação vigente, nomeadamente da Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro.

A Sra. Deputada Emília Santos (PSD) cumprimentou os representantes do Agrupamento de Escolas da Maia, referindo ter conhecimento da situação que expuseram. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre o feedback que têm tido do Ministério da Educação e Ciência sobre esta problemática e sobre o teor da Petição a que se referiram.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) referiu-se à necessidade de revisão da Portaria, aliás já prometida pelo Ministério da Educação e Ciência há dois anos, entendendo que se encontra desfasada da realidade. Questionou ainda sobre a forma como entendem que deve ser resolvida a questão da racionalização dos recursos e sobre a justificação para a redução do número de Contratos de Emprego e Inserção (CEI).

O Sr. Deputado João Almeida (CDS-PP) agradeceu a exposição e colocou algumas questões, designadamente sobre a Portaria e sobre as propostas que apresentam para a sua revisão, e ainda sobre a justificação para a redução, que considerou surpreendente, do número de CEI.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) referiu-se à falta generalizada de assistentes operacionais nas escolas, que devem atingir os 5.000 em todo o país, lamentando o recurso ilegal à precariedade para suprir necessidades permanentes das escolas. Fez alusão à resposta enviada pelo Governo à pergunta do PCP, sobre esta problemática, em que se referem os 12 Contratos de Emprego e Inserção. Afirmou ainda que a Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo, sendo que este Governo nem sequer a cumpre, apesar das promessas de revisão anunciadas.

Os representantes do Agrupamento de Escolas da Maia referiram-se às diligências que têm tomado no sentido da resolução deste problema, sendo que esperam, há dois meses, por uma resposta a um pedido de audiência que dirigiram à Direção de Serviços da Região Norte. Consideram que não existem condições para uma maior racionalização dos recursos e entendem que a redução do número de Contratos de Emprego e Inserção se deve apenas a questões financeiras.

Esclareceram que o Agrupamento tem, no presente ano letivo, cerca de 3100 alunos, e manifestaram-se contra as carreiras generalistas, considerando incompreensível que profissionais sem formação específica estejam, por exemplo, a acompanhar crianças com necessidades educativas especiais.

Entregaram ainda uma proposta de alteração da portaria n.º 1049-A/2008 e alertaram para o facto de a escola correr o risco de fechar portas, a qualquer momento.

A documentação da reunião, bem como a gravação áudio, estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 04 de dezembro de 2013

A assessora da Comissão
Cristina Tavares